

Pesquisar é Preciso, Publicar não é Preciso: História e Controvérsias sobre a Avaliação Por Pares

Autoria: Roberto Patrus, Douglas Dantas, Helena Belintani Shigaki

Propósito Central do Trabalho

Um dos procedimentos quase universalmente aceitos pela comunidade científica na indicação da qualidade de trabalhos científicos é a avaliação por pares ou peer review, concebida mais comumente como uma avaliação de artigos científicos realizada por pesquisadores mais experientes ou especialistas de áreas específicas (Freitas, 1998). O objeto deste ensaio é, mais precisamente, a avaliação por pares de artigos científicos para fins de publicação em periódicos especializados, processo este que está no coração de toda a ciência (Fitzpatrick, 2011). O artigo se qualifica como um ensaio teórico, aqui entendido como uma comunicação capaz de provocar o leitor e mobilizá-lo na sua subjetividade, para concordar ou discordar com a reflexão proposta (Meneghetti, 2011, p.331). Submetemos, assim, nossa reflexão ao crivo do leitor, como “tentativa de ação especulativa e interpretativa” (Barros, 2011, p.335). O mote que dá origem ao seu título tem origem no provérbio imortalizado por Fernando Pessoa, “navegar é preciso, viver não é preciso”. Valendo-se da riqueza e da complexidade da língua portuguesa, o poeta afirma que navegar é preciso (no sentido de necessário), mas viver é impreciso, no sentido de que não tem exatidão. Nossa paráfrase considera que pesquisar é necessário para fazer ciência e que o processo de publicação dos artigos científicos, ao contrário da ciência, tem falhas que fazem dele um processo impreciso, sem o rigor demandado pelo fazer científico. A reflexão aqui proposta denuncia a falta de atenção que a atividade de avaliação de artigos vem recebendo dos pesquisadores da área de Administração e anuncia algumas alternativas, no sentido de contribuir para torná-la mais precisa e menos surpreendente.

Marco Teórico

A revisão de literatura sobre o tema da avaliação de artigos por pares para revistas científicas resgatou a sua história e as suas controvérsias. Da história, reconhecemos a sua origem como meio de censura e de controle de qualidade. Associamos essa gênese à questão do poder, prestígio e autoridade exercidos pelo editor. Entre as controvérsias, apontamos a subjetividade presente no processo de avaliação de artigos, que a torna, contraditoriamente ao objetivo da ciência, algo subjetivo e parcial. Endossamos as críticas sistematizadas por Hames (2012), de que o processo não está imune a idiossincrasias e preconceitos por parte de editores e revisores. Assumimos a posição de que o processo de peer review e o controle de qualidade tradicional, fechado e anônimo não é tão razoável quanto geralmente pensamos que seja (Fitzpatrick, 2011; Hames, 2012; Smith, 2006). A pesquisa de Zuckerman e Merton (1971) revelou que quando um artigo tinha autores de alta patente, editores tinham maior probabilidade de chegar a uma decisão, sem enviá-lo para a avaliação por pares. Além disso, a seleção de revisores para um manuscrito pelo editor pode ser influenciada pela identidade do autor, e a avaliação do editor pode ser igualmente afetada pelos diferentes níveis de prestígio do revisor e autor (Fitzpatrick, 2011). A respeito de eventuais preconceitos, Mattos (2005, p. 278) chama a atenção para o caráter subliminar das afiliações informais – “objetivamente inegáveis, mas subjetivamente inconfessáveis” – uma rede altamente complexa de tendências teóricas, grupos de interesse, programas de pós-graduação e grupos de pesquisa que comprometeriam o afiliado, suas razões e argumentos objetivos (factuais ou lógicos), e que teriam implicações muito reais, até mesmo na avaliação blind review. Smith (2006) concluiu que temos poucas evidências sobre a eficácia da avaliação por pares e evidências mais consideráveis sobre seus defeitos. Estudo feito em um Journal de grande reputação inseriu

erros grosseiros em documentos e seu envio para muitos revisores. Ninguém chegou a localizar todos os erros. Alguns revisores não localizaram um sequer, e a maioria dos revisores só conseguiu localizar 25% deles. O célebre artigo de Peters e Ceci (1982), já denunciava que a confiabilidade do revisor é garantida. Em seu experimento, os pesquisadores selecionaram um artigo de cada um dos 12 periódicos da área, publicados entre 18 e 32 meses antes, e resubmeteram os artigos ao mesmo periódico, com algumas pequenas modificações: eles mudaram os nomes dos autores (mas não seus sexos), criaram novas afiliações institucionais para seus autores (nomeadamente substituindo instituições de renome por outras de pouca ou nenhuma visibilidade), e alteraram a redação, mas não o significado, do início dos parágrafos. Apenas três dentre 12 artigos foram descobertos pelos editores ou revisores por já terem sido publicados anteriormente, sendo que dos nove restantes oito foram rejeitados, a maioria em razão de falhas metodológicas. A conclusão dos pesquisadores é que uma das duas coisas aconteceu: ou os primeiros revisores que aprovaram os artigos publicados originalmente foram incompetentes, o que parece improvável, ou que um viés sistemático teria operado para produzir opiniões discrepantes (Peters & Ceci, 1982). É este viés sistemático, apreendido da revisão de literatura sobre peer review e caracterizado como um processo impreciso, subjetivo e parcial, a linha de argumentação proposta no ensaio. Pesquisar exige precisão, método, rigor. Publicar (e recusar publicar) também.

Resultados e contribuições do trabalho para a área

A linha argumentativa do ensaio aponta que o processo de avaliação de artigos em revistas é o calcanhar de Aquiles do sistema de produção intelectual, no Brasil e no mundo. Se publicar é preciso e exige a verificação rigorosa da metodologia, por que a avaliação por pares não tem recebido a mesma atenção? Propomos, fazendo coro à sugestão de Thiry-Cherques (2005), que os artigos a serem examinados pelas revistas recebem um código para que o nome do autor seja desconhecido não só do revisor, mas, igualmente, do editor, de modo que os seus desafetos não pudessem ser excluídos e os prediletos incluídos. É preciso considerar que o editor também exerce o papel de avaliador, mesmo que Kirschbaum e Marcarenhas (2009) reconheçam no modelo brasileiro de avaliação por pares que os revisores sejam os gatekeepers, ao contrário do modelo internacional. O sistema blind review é ainda é, em nossa opinião, um modo de evitar certas formas de subjetividade por parte do revisor, por exemplo, impedindo a continuação de uma rede de velhos amigos que excluiria o trabalho de mulheres (motivação para o blind review em sua origem), ou garantir que rancores pessoais não desempenhem nenhum papel no processo de revisão. Por fim, defendemos a importância do treinamento ou formação dos revisores. Por um lado, parece desconcertante que não haja nenhum treinamento formal para um trabalho tão importante. Por outro, a ideia de formar ou treinar sugere uma determinada concepção de avaliação que seja ideal, que parece não haver. Os periódicos divulgam artigos que se valeram da metodologia científica para que suas contribuições fossem produzidas. Entretanto, o processo de avaliação não recebe tratamento científico algum. De qualquer modo, compreendido como uma alternativa de promover a reflexão sobre o processo de revisão de artigos, ousamos sugerir uma alternativa de aperfeiçoamento inspirada no processo de acolhimento de novos avaliadores no Congresso da Academy of Management. Propomos que o Encontro da divisão de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade promova iniciativa semelhante à da Academy para os avaliadores convidados a revisar artigos encaminhados para o seu congresso bianual. Antes de iniciar a avaliação dos artigos, o revisor receberia textos de leitura prévia. Esses textos podem ser buscados na literatura (fazemos no artigo a sugestão de alguns), mas iniciativas para que esses textos sejam produzidos com esse propósito são incentivadas. Recusamos a ideia de que é possível treinar um revisor. Essa atividade exige formação, no sentido amplo do texto. E formação exige reflexão, pensar sobre o fazer acadêmico, dobrar-se sobre ele com o propósito

de aperfeiçoá-lo e dar-lhe sentido. Consideramos, enfim, importante trazer o tema da avaliação por pares, em particular da avaliação de artigos científicos, para o centro da discussão em nosso meio universitário. A avaliação por pares é um processo imperfeito, com contradições facilmente identificáveis e com pouca evidência de que venha a funcionar plenamente. No entanto, deverá manter-se central para a ciência e avaliação de artigos acadêmicos porque não há alternativa óbvia, e os cientistas e editores têm uma crença continuada neste sistema. Segundo Smith (2006), “... como é estranho que a ciência esteja enraizada na crença”. (Smith, 2006, p.182). Em um contexto em que a avaliação de um programa e os critérios de credenciamento e descredenciamento de professores assumem importância vital para a vida das instituições e das pessoas que nela trabalham é inadmissível que o tema do peer review continue adormecido em nossas fronteiras. Em outras áreas do conhecimento e em outros países, essa discussão já começou.

Referências bibliográficas

- Fitzpatrick, K. (2011). *Planned Obsolescence: publishing, technology, and the future of the academy*. NYU Press Short. Kindle Edition.
- Hames, I. (2012). The current state of peer review: criticisms, challenges and innovations. Conferência apresentada no Workshop de Editoração Científica, no Encontro da Associação Brasileira de Editores Científicos, Florianópolis, SC, Brasil, 7.
- Honig, B & Bedi, A (2012). The fox in the hen house: a critical examination of plagiarism among members of the Academy of Management. *Academy of Management Learning & Education*, 11(1), 101-123.
- Smith, R. (2006). Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 99, 178-182.
- Pessanha, C. (2001). Criterios editoriales para la evaluación científica: notas para la discusión. *Acimed*, 9(4), 131-134.